

**PLANO DE AÇÕES
COVID-19 NOS TERRITÓRIOS EM
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
EM NATAL E SUA REGIÃO
METROPOLITANA**

**UMA CATÁSTROFE
A SER
EVITADA!**



Núcleo RMNatal
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - NÚCLEO NATAL

**PLANO DE AÇÕES
COVID-19 NOS TERRITÓRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
EM NATAL E SUA REGIÃO METROPOLITANA: UMA CATÁSTROFE A
SER EVITADA!**

NATAL/RN

2020

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - NÚCLEO NATAL

Coordenação do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal

Maria do Livramento Miranda Clementino

Equipe de Elaboração

Brunno Costa do Nascimento Silva

Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio

Lindijane de Souza Bento Almeida

Maria do Livramento Miranda Clementino

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha

Raquel Maria da Costa Silveira

Ricardo de Souza Moretti

Ruth Maria da Costa Ataíde

Zoraide Souza Pessoa

Equipe de Diagramação e Formatação

Brunno Costa do Nascimento Silva

João Victor Rocha de Queiroz

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. PLANO DE AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NOS TERRITÓRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE EM NATAL E SUA REGIÃO METROPOLITANA	8
3. DIMENSÕES DO PLANO	13
3.1 DIMENSÃO PREVENTIVA	13
3.1.1. Ações Preventivas	13
3.2 DIMENSÃO DE ATENDIMENTO	16
3.2.1. Ações de Atendimento	16
3.3 DIMENSÃO DAS AÇÕES DE COORDENAÇÃO E APOIO SOCIAL	17
3.3.1. Ações de Coordenação e Apoio Social	17
3.4 DIMENSÃO DE ARTICULAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	18
3.4.1 Ações de Articulação, Avaliação e Monitoramento	19
4. REFERÊNCIAS	20

1. INTRODUÇÃO

O atual momento de calamidade sanitária vivenciado pela humanidade deve ser encarado como um desafio coletivo, pois o novo coronavírus, SARS-CoV-2, e a doença por ele provocada, Covid-19, destrói vidas e ataca as bases da economia e da sociedade como um todo. Diante desse quadro, cada sociedade tem procurado encontrar as melhores alternativas de que dispõe para o enfrentamento da pandemia provocada pela Covid-19. No Brasil, e mais especificamente nas suas grandes metrópoles, pode-se dizer que o ponto mais dramático da luta contra a epidemia se reporta aos territórios em situação de vulnerabilidade social, além de outros aglomerados urbanos fora das grandes metrópoles e cidades do interior, que igualmente padecem dessa crise agônica.

Caso um plano de ações, mais estruturado e focalizado, não seja urgentemente colocado em prática, o cenário que se coloca é de uma ampla tragédia humanitária, tendo como consequências o sofrimento, o medo, a elevação do número de óbitos de todas as idades, a fome e tantos outros problemas. E isso poderá ocorrer não apenas pela ação do novo coronavírus, mas também pelos problemas decorrentes da ausência de investimentos na infraestrutura de saúde e no enfraquecimento das políticas do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, destaca-se que o impacto social gerado repercutirá mais fortemente no crescimento da insegurança alimentar.

Para enfrentar tal situação, otimizando os recursos disponíveis, o primeiro passo é reconhecer que ela exige a mobilização de novas formas de agir e de pensar, e níveis mais elevados de responsabilidade pública. E isso interpela frontalmente os poderes públicos, muito especialmente o municipal (principal responsável pelas ações de atendimento básico) e estadual (responsável pelo atendimento de média e alta complexidade). Em defesa da vida e de um mínimo de seguridade social é imperativa a reformulação com ampliação da forma com que os poderes públicos vêm se posicionando no enfrentamento da Covid-19. Tal ampliação deve priorizar, principalmente, os territórios em situação de vulnerabilidade social que estão mais sujeitos as consequências e riscos decorrentes da pandemia.

Nesse contexto, o **Núcleo Natal do Observatório das Metrópoles**, em consonância com as iniciativas dos demais Núcleos em nível nacional, desenvolveu o “Plano de Ações para

o enfrentamento da COVID-19 nos Territórios em Situação de Vulnerabilidade em Natal e sua Região Metropolitana”, visando fortalecer ações governamentais e da sociedade civil para o enfrentamento da Covid-19, principalmente nos territórios em situação de vulnerabilidade social.

No que tange aos municípios do Rio Grande do Norte (RN) e as suas principais aglomerações populacionais, como a Região Metropolitana de Natal (RMN), é importante considerar os territórios populares em situação de vulnerabilidade social em suas especificidades, a exemplo das favelas; vilas; bairros populares; ocupações urbanas e rurais; comunidades tradicionais (notadamente da pesca, indígenas e quilombolas); assentamentos e núcleos rurais em geral. Além de considerar com atenção redobrada ainda nesses territórios populares as populações idosas, em situação de rua, pessoas com morbidades, trabalhadores informais e de serviços essenciais e a população encarcerada, que são grupos sociais com maior potencial de risco a doença e a possíveis agravamentos.

Face à complexidade da pandemia em curso é imperativo que o Governo do estado do Rio Grande do Norte fortaleça a sua articulação com a sociedade e a iniciativas pública e privada, visando construir soluções adequadas à realidade regional. Ressaltam-se as importantes ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (C4NE) no âmbito do Consórcio Nordeste, a exemplo do sistema de monitoramento contínuo dos casos da Covid-19 no Rio Grande do Norte, realizado através de ferramentas como “Coronavírus RN”¹ e o APP “Monitora COVID-19”². Coloca-se ainda a formação de uma rede de colaboradores como a “Rede CoVida - Ciência, Informação e Solidariedade”, que atua no monitoramento da pandemia provocada pela Covid-19, a partir de ação conjunta do Cidacs/Fiocruz e da Universidade Federal da Bahia (UFBA); além do trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na ampliação de testes, por meio do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) em parceria com o Instituto de Medicina Tropical da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (IMTUFRRN).

¹ Desenvolvida pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LAIS/UFRN)

² Desenvolvido pelas Secretarias Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e Saúde (SESAB) da Bahia, em parceria com a Fundação Estadual de Saúde da Família (FESF-SUS). O APP está disponível no RN.

Contudo, tornam-se cada vez mais necessárias e urgentes as ações direcionadas às populações em situação de vulnerabilidade social.

Os postulados científicos da saúde pública e coletiva devem orientar e definir os parâmetros básicos das ações. Para tanto, é importante mobilizar outros campos de conhecimento e segmentos sociais, além de fortalecer redes de proteção social para viabilizar a elaboração de planos de ação efetivos, considerando que o sofrimento em face da Covid-19 não tem como ser enfrentado à distância. Portanto, é fundamental que o Governo do estado do RN crie novas formas de coordenação e articulação orientadas para a aproximação com os territórios populares, visando mitigar os efeitos desastrosos da epidemia.

Alinhado com os princípios estruturantes do SUS, o Plano de Ações, que aqui se apresenta, preocupa-se com monitoramento dos dados epidemiológicos e com ações de governança, incluindo uma comunicação mais eficiente e ações preventivas e de atendimento, bem como de apoio social.

2. PLANO DE AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NOS TERRITÓRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE EM NATAL E SUA REGIÃO METROPOLITANA

Nas últimas semanas, a crise sanitária provocada pela Covid-19, tem gerado novas preocupações. Inicialmente, o contágio no Rio Grande do Norte se apresentava de forma mais acelerada nas regionais de saúde II (Mossoró) e VII (Metropolitana). Contudo, conforme exposto pelo Boletim Epidemiológico nº 59, da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP)³, os casos suspeitos se espriam por todas as regionais de saúde e praticamente todos os municípios potiguares. Os casos confirmados, também, já se distribuem em todas as regiões de saúde, com ênfase nas regionais II, VII e VIII (Açu).

Em Natal, especificamente, de acordo com informações do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/UFRN), em 08 de maio de 2020, apenas os bairros de Santos Reis, Salinas e Mãe Luiza não manifestavam casos confirmados da Covid-19. Inicialmente, os casos de Covid-19 apresentavam concentração nos bairros de Tirol, Petrópolis e Ponta Negra. Recentemente foram os bairros de Potengi (11,92%), Nossa Senhora da Apresentação (8,83%) e Pajuçara (7,51%) que acumularam o maior número de infectados.

Nesse sentido, a preocupação com o crescimento do número de casos na cidade soma-se à situação de vulnerabilidade da população residente nas novas áreas que se apresentam como potenciais epicentros em Natal. Se, de um lado, temos uma população vulnerável e que necessita da circulação diária pela cidade para acessar, entre outros, os mais diversos serviços (como os bancos), por outro lado, estamos diante de um vírus com alto potencial de disseminação, em virtude de sua característica de transmissão por contato. Ainda, outra característica da atual pandemia contribui com o agravamento deste cenário: o desconhecimento acerca das medidas a serem adotadas para o tratamento da doença. Tal fato faz com que a prevenção, via distanciamento, torne-se a medida mais eficaz para a redução do número de casos. Mas, como requerer distanciamento social à população que vivencia, diariamente, um contexto de vulnerabilidade?

No interior do RN, por sua vez, o contágio se faz acompanhar da ausência de infraestrutura hospitalar nos municípios, o que vem ocasionando a sobrecarga das regionais

³ O Boletim Epidemiológico nº 59 foi publicado no dia 12 de maio de 2020.

de saúde Metropolitana (VII) e de Mossoró (II). Com a recomendação de distanciamento social, muitos se deslocaram das suas residências nas cidades para outras regiões do interior do estado, inclusive o litoral. Este movimento ampliou a possibilidade de contágio de grupos já vulneráveis do interior do estado.

O contexto de agravamento exposto gera a necessidade de que reflitamos sobre ações estratégicas na área da saúde, do saneamento, da economia, na área social e, também, na gestão das políticas públicas. É preciso formular ações estratégicas para o atual contexto e para o pós-pandemia, criando equipes técnicas multidisciplinares capazes de estruturar medidas voltadas: à saúde física e psicológica dos cidadãos (e, principalmente, dos profissionais de saúde); à garantia do acesso à água como um serviço essencial para a adoção de medidas preventivas; à garantia da segurança alimentar das famílias que contavam com a merenda escolar para a alimentação diária de suas crianças; ao cuidado com a população idosa do nosso estado, que, por algum tempo, deverá ter cautela em relação a sua circulação pelas cidades, reduzindo sua independência e qualidade de vida; à condição socioeconômica de comunidades pesqueiras do RN que tiveram suas rendas reduzidas em tempos de distanciamento social. Ainda, é fundamental que as políticas pensadas hoje, em um momento de crise, estejam voltadas à garantia de não retrocesso de direitos já alcançados (ATAÍDE *et al.*, 2020). Chamamos atenção para a necessidade de que novos olhares sejam permanentemente lançados sobre as populações que vivem nos territórios populares, de forma que os mais diversos grupos em situação de vulnerabilidade social, considerados em suas peculiaridades socioeconômicas, possam se tornar alvo de políticas permanentes e que não se limitem ao atual contexto de crise.

Sob o ponto de vista da gestão da crise, em que pese o compartilhamento e a conjugação de esforços realizados pelos entes públicos municipais e estadual no RN, verificam-se ações que comprometem a proposição de soluções comuns. Estudos recentes do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal (MEDEIROS *et al.*, 2020; SILVEIRA *et al.*, 2020) demonstram que, a despeito das medidas estabelecidas em nível estadual, alguns municípios potiguares publicaram decretos dissonantes que reduzem a efetividade das medidas adotadas de contenção da Covid-19 no RN.

O fato é que as características de disseminação do novo coronavírus o tornam um problema de todos os entes (inclusive daqueles municípios que, até o momento, não apresentaram notificação de casos suspeitos), pois ele não reconhece barreiras físicas e, muito menos, limitações políticas. O momento é de conjunção de esforços entre estado, municípios e sociedade civil.

Antes mesmo da pandemia, diversas iniciativas coordenadas pela sociedade ganharam espaço nos mais diversos territórios em situação de vulnerabilidade social. São exemplos os projetos de extensão desenvolvidos por universidades públicas e privadas do RN que, ao longo do tempo, buscaram promover a aproximação dos moradores desses territórios com os direitos e garantias fundamentais que lhes são negados historicamente. No atual contexto, as iniciativas da sociedade civil ganharam maior importância. Novamente, foram elas que chegaram primeiro e se fizeram presente nos espaços mais esquecidos da nossa cidade e nas comunidades mais afastadas no interior do estado. Por meio da doação de alimentos, itens de higiene ou máscaras, a sociedade civil mostra sua força no atual cenário e acena ao poder público sobre a relevância da união de esforços. Desse modo, destacamos a necessidade de que as mais diversas iniciativas sejam identificadas e mapeadas e que o poder público possa se unir à sociedade civil para buscar soluções mais próximas à realidade de cada território em situação de vulnerabilidade. Não se trata de apenas agir em torno das realidades aqui citadas, mas principalmente de mobilizar atores e segmentos sociais já atuantes para tornar as estratégias mais efetivas e sintonizadas com as distintas configurações que revelam as desigualdades do nosso estado.

Neste momento em que o distanciamento social é fundamental, torna-se essencial que nos aproximemos dos territórios vulneráveis, não por meio do contato físico, mas de políticas públicas estruturadas para cada realidade. Entre outros, as ações deverão considerar as condições materiais e de moradia dos territórios em situação de vulnerabilidade; o déficit de adequação sanitária; a fragilidade do atendimento especializado e a dificuldade na difusão de informações que, no atual momento, são tão relevantes para a prevenção da doença. Conforme apontado pelo o Índice de Vulnerabilidade ao Alastramento do Coronavírus (IVC), a ausência dessas condições materiais, torna a ameaça aos da riscos da

Covid-19 desigual, e os territórios e populações vulneráveis sentiram e sentirão mais intensamente os seus efeitos (PESSOA e TEIXEIRA, 2020).

Sabemos que o enfrentamento deste complexo cenário de pandemia não se dá em um contexto de ampla disponibilidade de recursos financeiros e humanos. Diante disso, otimizá-los e valorizá-los nos parecem palavras de ordem e medidas urgentes. A otimização pressupõe a ação conjunta dos mais diversos atores que compõe o Sistema Único de Saúde. Para tanto, o SUS já dispõe de instrumentos de gestão que se apresentam, nesta crise, como um canal para que as relações entre estado e municípios se tornem mais estreitas. A exemplo disso, citamos as comissões intergestores, voltadas à pactuação consensual entre os atores públicos que compõem a política de saúde, que poderá se constituir como o local de tomada de decisão que considere as peculiaridades de cada regional de saúde do RN. Além disso, tais comissões poderão se constituir, agora, como espaços de troca e diálogo, nos quais as estratégias de contenção do contágio possam ser compartilhadas entre os municípios. Mais do que nunca, comprova-se que o Brasil dispõe de um sistema completo de saúde e de referência para outros países. Nesse sentido, um dos principais ensinamentos desta crise é a necessidade de valorização do SUS e dos profissionais de saúde.

À vista disso, esse Plano articula e atualiza para os territórios em situação de vulnerabilidade social da Região Metropolitana de Natal os princípios de universalidade, integralidade, equidade, regionalização, descentralização e participação do SUS, no contexto de emergência sanitária internacional, provocado pela Covid-19. No âmbito nacional, dialoga com a rede social e técnico-científica, composta por lideranças de territórios populares do Rio de Janeiro, universidades públicas e Fiocruz, que desenvolveu um plano de ações de enfrentamento da Covid-19 com foco nas especificidades dos territórios em situação de vulnerabilidade social.

Entre outros aspectos, tais especificidades exigem que se leve em conta dificuldades relacionadas às condições materiais e de moradia, com especial destaque para (i) a precariedade da infraestrutura de saneamento e dificuldade de acesso a água; (ii) os entraves para receber atendimento especializado e personalizado, inclusive pela distância das unidades hospitalares e a complexidade para assegurar a qualidade e a capilaridade da comunicação. É importante também considerar as especificidades do trabalho realizado por

profissionais da saúde e da assistência social, que precisam ser objeto de uma atenção diferenciada.

O diagnóstico demonstra que a falta de atenção especial nos territórios em situação de vulnerabilidade social poderá produzir graves consequências, expondo a riscos seus moradores, os profissionais de saúde e assistência social. Tais reflexos, por sua vez, podem ser evitados ou mitigados, caso haja um investimento na organização de medidas preventivas, no atendimento a indivíduos já com sintomas da doença e no apoio social (no qual a ênfase deverá incidir na garantia emergencial de ações contínuas no campo da segurança alimentar e nutricional).

Este Plano é uma contribuição da sociedade civil aos poderes públicos municipal e estadual de Natal e sua Região Metropolitana, a fim de que se possa estabelecer imediatamente uma política sistêmica de proteção à população dos territórios em situação de vulnerabilidade social. Para tornar factível a sua execução, trabalha-se nos territórios em situação de vulnerabilidade social dos municípios da Região Metropolitana de Natal, com ênfase no município de Natal, considerando a maior incidência de casos e a centralidade do atendimento na área da saúde.

O Plano está estruturado em quatro dimensões e suas respectivas ações: Preventiva; Atendimento; Ações de Coordenação e Apoio Social; e Articulação, Avaliação e Monitoramento.

3. DIMENSÕES DO PLANO

3.1 DIMENSÃO PREVENTIVA

A primeira dimensão do presente Plano reúne as seguintes vertentes: do monitoramento de lugares onde a população tem dificuldade de acesso a água; da aproximação do atendimento em saúde às populações nos territórios em situação de vulnerabilidade social; da proteção jurídica da posse da terra, da moradia e do direito às condições sanitárias adequadas; da comunicação em saúde, da distribuição de máscaras, do isolamento de indivíduos pertencente a grupos vulneráveis, e da atenção a grupos potencialmente difusores da doença.

Essas vertentes também devem ser vistas como um conjunto articulado de ações que protegem e reforçam os trabalhos das instituições locais de saúde. No que se refere à comunicação, diante da necessidade de uma verdadeira pedagogia comportamental de aplicação de protocolos de cuidados de distanciamento, isolamento e de higiene, a busca pela boa informação e orientação depende da implementação de estratégias mais intensivas e capilares, capazes de chegar a todos, e de incidir pedagogicamente em suas atitudes. Muitas dessas estratégias já estão disponíveis, mas precisam ser potencializadas. E nesse momento, a mais importante seria a distribuição de máscaras e principalmente o acesso à água e aos produtos de higiene associadas à massificação das boas práticas de seu uso.

Quanto à necessidade de isolamento social, nos casos de confirmação da infecção pela Covid-19, apontamos a necessidade de que sejam definidos espaços adequados para acolhimento da população em situação de vulnerabilidade social. Quanto à atenção a grupos que, pela natureza de seu trabalho, são potencialmente difusores do novo coronavírus nos territórios em situação de vulnerabilidade, o foco deve estar voltado às condições sanitárias adequadas e à orientação e provisão de insumos básicos de proteção e de higiene.

3.1.1. Ações Preventivas

- a) Difundir os canais de teleatendimento considerando os que já estão disponibilizados pelo Governo do estado, Prefeituras e Universidade Federal. Torna-se fundamental difundir os serviços de comunicação em saúde utilizando a diversidade de recursos, inclusive rádios comunitárias e carros de som, nos territórios em situação de

vulnerabilidade social. Para tanto, destaca-se, aqui, a importância de que se realizem ações para suspender as normas que proíbem a circulação de veículos de som nos espaços públicos, excepcionalizando-se a permissão no atual período para fins de prevenção da Covid-19, visando melhorar e uniformizar a comunicação qualificada nesses territórios. Uma das tarefas do sistema de comunicação deve ser o incentivo ao uso rotineiro e adequado de máscaras.

- b) Difundir e utilizar os conteúdos disponibilizados pela campanha de comunicação coordenada pelo Comitê Científico de Combate ao Coronavírus no âmbito do Consórcio Nordeste: notadamente o aplicativo “Monitora COVID-19”.
- c) Apoiar às ações em curso nos territórios em situação de vulnerabilidade social. Torna-se fundamental, por parte dos gestores públicos, apoiar projetos que visem a prevenção do novo coronavírus, a exemplo do **(i)** Projeto Mutirão e Vila em Movimento na Vila de Ponta Negra (crianças); **(ii)** Programa de Educação Tutorial (PET) Conexão de Saberes (UFRN); **(iii)** Centro Sócio Pastoral de Mãe Luiza” (idosos); **(iv)** Projeto Fé e Alegria em Felipe Camarão e Lagoa Azul (jovens); (v) Rede Manguemar (segmento da pesca); **(vi)** Projeto Motyrum Urbano/UFRN (Comunidade do Jacó e Comitê Estadual de Refugiados, Apátridas e Migrantes - CERAM/RN); **(vii)** Projeto Motyrum Penitenciário/UFRN (Trabalhadores em presídios e encarcerados) e outras ações que estão sendo realizadas nos territórios populares.
- d) Articular ações no campo da política de habitação de interesse social nos territórios em situação de vulnerabilidade, com ênfase na: **(i)** abertura de casas e edifícios vazios à população em situação de rua; **(ii)** suspensão do pagamento de aluguéis; e **(iii)** proibição de despejos e remoções.
- e) Priorizar e expandir programas de saúde: torna-se fundamental facilitar o acesso aos serviços de saúde às populações em situação de vulnerabilidade social para evitar que as pessoas se desloquem de seus territórios;
- f) Instalar painéis luminosos nas vias de acesso aos territórios em situação de vulnerabilidade social para **(i)** informar sobre o avanço da doença e **(ii)** registrar o número de óbitos no território com o intuito de advertir a população para a gravidade da situação. Para tanto, é importante definir campanha de arrecadação com parceiros

e focalizar os principais eixos de acesso aos territórios em situação de vulnerabilidade nas Regiões Administrativas: Norte, Leste e Oeste de Natal.

- g) Induzir juntamente com as universidades os serviços de comunicação em saúde, a exemplo da **(i)** plataforma “Coronavírus RN”, desenvolvida pelo LAIS/UFRN; do **(ii)** aplicativo “Tô de Olho”, desenvolvido pelo Instituto MetrÓpole Digital (IMD/UFRN) em parceria com o Ministério Público do RN (este permite que os usuários possam fazer denúncias *online* caso saibam da ocorrência de aglomerações); **(iii)** a plataforma “MonitoraCovid-19”, desenvolvida pela FioCruz; **(iv)** Coletivo RN Solidariedade Covid, formado por profissionais ligados a universidades e de diversas áreas; **(v)** Escritório Modelo de Arquitetura, EMAU Maré, do Departamento de Arquitetura (UFRN), que tem produzido material didático e informativos específicos para as comunidades. Ressalta-se também o trabalho da **(vi)** UFRN na ampliação de testes através do LAIS em parceria com IMTUFRN.
- h) Mapear, destinar e adequar escolas e hotéis que possam ser utilizados para atendimento aos afetados pela Covid-19. Considerar a rede hoteleira instalada, principalmente, no apoio aos profissionais de saúde que estiverem no exercício das suas profissões.
- i) Atender prioritariamente grupos potencialmente difusores do vírus: deve-se ter atenção especial aos mototaxistas, aos trabalhadores do comércio local, aos profissionais de saúde e assistência social que trabalham/vivem no local, e aos que trabalham em outros serviços essenciais (supermercado, farmácia etc.). Sem muitos cuidados, esses trabalhadores podem estar sendo vetores importantes da difusão do novo coronavírus nos territórios em situação de vulnerabilidade social. Deve-se valorizar tanto o trabalho de orientação a esses profissionais, como equipá-los de insumos de higiene fundamentais para o uso seguro de capacetes, para o uso de máscaras e luvas, para o controle do fluxo e circulação, assegurando-se as medidas de distância física e protocolos de higiene nos espaços de trocas para a obtenção de itens básicos. E, na medida do possível, fazer deles multiplicadores da pedagogia exigida pela epidemia.
- j) Realizar ações de desinfecção das vias públicas dos territórios em situação de vulnerabilidade social. Para além de seu efeito na limpeza propriamente dita das vias

públicas, esse tipo de operação tem um forte apelo educativo e deve chamar atenção da população para a necessidade de que novos protocolos de cuidado e de proteção pessoal sejam incorporados.

3.2 DIMENSÃO DE ATENDIMENTO

Se nada for feito para impedir que isso ocorra, a colonização dos serviços de atenção à saúde primária pela pandemia provocada pela Covid-19 será inevitável, e isso não só levará a uma exponencial contaminação cruzada (que no caso da Itália é considerada uma das maiores responsáveis pela rápida propagação da Covid-19), como também deixará sem cobertura pacientes portadores de outras doenças crônicas. Para evitar isso, será necessário criar espaços de atendimento exclusivo a indivíduos com suspeita de Covid-19, bem como espaços exclusivos nos territórios em situação de vulnerabilidade para a quarentena de pacientes que não precisam ser hospitalizados, mas precisam ser isolados do convívio com familiares e vizinhos. Além disso, também se faz necessária atenção a aproximação do atendimento em saúde às populações desses territórios e às condições de trabalho das unidades básicas de saúde, pois é lá que o problema social e sanitário está explodindo em toda a sua dramaticidade.

3.2.1. Ações de Atendimento

- a) Definir estratégias de atendimento exclusivo para os casos da Covid-19 nos territórios em situação de vulnerabilidade social, articulando programa de gestão dos leitos hospitalares e de acesso a ambulâncias.
- b) Destinar e adequar prédios públicos, a exemplo de escolas e outros espaços públicos existentes nos territórios em situação de vulnerabilidade social para a realização de quarentena assistida por indivíduos com sintomas da doença, mas que não precisam de internação hospitalar.
- c) Destinar atenção especial às unidades básicas de saúde e de assistência social: dadas as condições de enorme pressão sobre essas unidades, é absolutamente necessário que os poderes públicos, em diálogo com sindicatos dos médicos, enfermeiros, agentes de saúde e de profissionais da assistência social, definam e implementem medidas voltadas para a proteção dos trabalhadores da saúde e da assistência. Até

aqui, as UBS (incluindo as UPAs) e os CRAS têm sido o lugar onde a crise sanitária se manifesta em toda a sua dramaticidade, e por isso elas precisam de reforço imediato de equipamentos, logística e pessoal.

3.3 DIMENSÃO DAS AÇÕES DE COORDENAÇÃO E APOIO SOCIAL

Este Plano está particularmente preocupado com a otimização de recursos limitados, e por isso reserva especial atenção à coordenação das ações. Ao mesmo tempo em que permitirá a articulação das ações de prevenção e de atendimento, essa coordenação também permitirá racionalizar os recursos de apoio social, de acesso à renda, cesta básica e outros insumos vitais como máscaras, água, material de higiene etc.

Sabe-se que uma parcela dos moradores de territórios em situação de vulnerabilidade social, por essa ou aquela razão, não tem conseguido ter acesso aos programas de distribuição de renda realizados pelos governos federal e municipal. Identificar urgentemente esses grupos é um trabalho fundamental para otimizar os recursos de apoio social. Nesse sentido, como se sabe, diversas organizações comunitárias têm realizado um importante trabalho de distribuição de cestas básicas e de insumos de higiene. Tais iniciativas, no entanto, deveriam ser potencializadas caso estivessem sistematizadas sob uma coordenação capaz de articular dados e informações do território. Assim, poderiam canalizar recursos oriundos das redes de solidariedade com diversos segmentos da cidade e do campo.

Ainda no que se refere ao apoio social, infelizmente, será preciso contemplar a questão do sepultamento.

3.3.1. Ações de Coordenação e Apoio Social

- a) Utilizar instrumentos de captura de dados e análise dos casos da Covid-19 nos territórios em situação de vulnerabilidade social, a exemplo da plataforma “Coronavírus RN” e aplicativo “Tô de Olho”, visando subsidiar o trabalho de monitoramento dos Centros de Referência e minimizar o problema da subnotificação, que tem mascarado a magnitude da incidência da pandemia nesses territórios,

comprometendo a sensibilização da população para o problema e a tomada de medidas preventivas e localizadas.

- b) Elaborar diagnóstico da situação de cada território em situação de vulnerabilidade social quanto ao alcance dos equipamentos de saúde locais, para melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e identificação de lacunas que precisam ser supridas;
- c) Apoiar e agilizar os sepultamentos. É preciso que se crie, em caráter extraordinário, procedimentos que agilizem e facilitem o sepultamento dos mortos pela Covid-19. Isso exige que os Governos municipais e estadual disponibilizem espaços para esses sepultamentos, reforçando, ainda, o serviço de remoção gratuita dos corpos e de apoio financeiro aos serviços funerários.
- d) Aproximar o atendimento em saúde das populações que vivem nos territórios em situação de vulnerabilidade social, considerando as ações do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus no âmbito do Consórcio Nordeste. Propõe-se conectar a situação local com as demais unidades e órgãos do sistema de saúde, favorecendo as ações para a construção de um Programa sistêmico de atenção em saúde para a população desses territórios.
- e) Criar um espaço de sistematização de informações qualitativas, notadamente aquelas trazidas pelo voluntariado civil e por agentes comunitários de saúde, e de coordenação das ações sociais, otimizando recursos e esforços, além de articular as redes locais com as redes de solidariedade compostas por diferentes segmentos sociais. Por meio dessa rede poderão chegar a todos que deles necessitam a renda, o alimento, os equipamentos de higiene e máscaras.

3.4 DIMENSÃO DE ARTICULAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Analisar a situação da pandemia em Natal e sua região Metropolitana é fundamental para o combate à Covid-19. Identificar e sistematizar a base de dados e ações que estão sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado, Municípios, instituições de ensino e organizações sociais, no sentido de conter e/ou minimizar impactos da pandemia nos

territórios em situação de vulnerabilidade, visando à formulação de estratégias de enfrentamento do problema e tomada de decisões.

3.4.1 Ações de Articulação, Avaliação e Monitoramento

- a) Criar uma estratégia de articulação, avaliação e monitoramento junto as ações dos diversos grupos que atuam no apoio às populações de territórios em situação de vulnerabilidade social em Natal e sua Região Metropolitana, a exemplo de **(i)** Projeto Motyrum Urbano/UFRN (AEIS Jacó-Rua do Motor); **(ii)** Projeto Motyrum Penitenciário/UFRN (Trabalhadores de presídio e encarcerados); **(iii)** ONG Mutirão e Vila em Movimento - Vila de Ponta Negra; **(iv)** Fé e Alegria - Lagoa Azul e Felipe Camarão; **(v)** Cáritas Diocesana de Natal; **(vi)** Cruz Vermelha; **(vii)** Serviço de Assistência Rural e Urbano (SAR); **(viii)** Comitê Estadual sobre Refugiados, Apátridas e Migrantes (CERAN/RN); **(ix)** Rede Mangue Mar, Movimento Nacional de População em Situação de Rua/RN (MNPR/RN); e **(x)** Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

Por fim, e considerando as ações propostas neste plano, o Observatório das Metrôpoles (Núcleo Natal) reafirma o seu compromisso com o enfrentamento da atual pandemia e se coloca à disposição do Governo estadual do RN e das Prefeituras para contribuir com o planejamento de iniciativas que busquem reduzir os reflexos na atual crise, seja na área social ou econômica.

4. REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Ruth Maria Costa; LEÔNCIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; BRASIL, Amíria Bezerra; MORETTI, Ricardo Souza. Quem tem fome tem pressa: as respostas lentas do Estado frente à ameaça do coronavírus nas periferias do Brasil. **Boletim Semanal do Observatório das Metrôpoles**, Rio de Janeiro, v. 628, p. 1-12, 9 de abril de 2020. Disponível em <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/quem-tem-fome-tem-pressa-as-respostas-lentas-do-estado-frente-a-ameaca-do-coronavirus-nas-periferias-do-brasil/>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; QUEIROZ, João Victor Rocha; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; CÂMARA, Richardson Leonardi Moura; SILVA, Brunno Costa do Nascimento. A Colaboração em Tempos de Pandemia e o Protagonismo do Consórcio Nordeste. **Boletim Semanal do Observatório das Metrôpoles**, Rio de Janeiro, v. 632, p. 1-11, 7 maio 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-colaboracao-em-tempos-de-pandemia-e-o-protagonismo-do-consorcio-nordeste/>. Acesso em: 12 maio 2020.

COMITÊ CIENTÍFICO DE COMBATE AO CORONAVÍRUS. Comitê Científico, 2020. Página Inicial. Disponível em: <https://www.comitecientifico-ne.com.br/>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Monitora Covid-19, 2020. Página Inicial. Disponível em: <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Saúde Pública. Boletim Epidemiológico nº 59. Natal, 12 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/sesap/DOC/DOC00000000231042.PDF>. Acesso em 12 de maio de 2020.

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM SAÚDE. Dashboard de acompanhamento dos casos do Novo Coronavírus (Covid19) nos bairros de Natal. Natal, 2020. Disponível em: <https://covid.lais.ufrn.br/#natal>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; CÂMARA, Richardson Leonardi Moura; SILVA, Gabriel Rodrigues. O Território como Aposta: a eclosão do conflito federativo e a Gestão Metropolitana como Potência. **Boletim Semanal do Observatório das Metrôpoles**, Rio de Janeiro, v. 631, p. 1-9, 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/o-territorio-como-aposta-a-eclosao-do-conflito-federativo-e-a-gestao-metropolitana-como-potencia/>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

PESSOA, Zoraide Souza; TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes. Vulnerabilidades e sociedade de riscos em tempos de COVID-19. **Boletim Semanal do Observatório das Metrôpoles**, Rio de Janeiro, v. 633, p. 1-7, 14 de maio de 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/vulnerabilidades-e-sociedade-de-riscos-em-tempos-de-covid-19/?utm_source=Boletim&utm_medium=E-mail&utm_campaign=633&utm_content=Vulnerabilidades+e+sociedade+de+riscos+em+tempos+de+COVID-19&fbclid=IwAR0yBqgk0g3fTane9TzSOvt7YvletVm93cflIBxZ-NO1HPTxKIEQ555xPNg/. Acesso em: 16 de maio de 2020.

SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz; SILVA, Brunno Costa do Nascimento; MELO, Kassinely Souza; SILVA, Gabriel Rodrigues. Governança Metropolitana em Tempos de Pandemia. **Boletim Semanal do Observatório das Metrôpoles**, Rio de Janeiro, v. 630, p. 1-8, 23 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/governanca-metropolitana-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

TUENIA, Kamila. RN Solidariedade Covid cobra fim das humilhações nas filas da Caixa Econômica. Saiba Mais, Natal, 5 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/rn-solidariedade-covid-cobra-fim-das-humilhacoes-nas-filas-da-caixa-economica-durante-pandemia>. Acesso em: 12 maio de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Instituto Metrôpole Digital. Covid-19/IMD cria tecnologia para ajudar governo a evitar aglomerações durante isolamento social. Natal, 07 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.imd.ufrn.br/portal/noticias/5981/covid-19-imd-cria-tecnologia-para-ajudar-gov-erno-a-evitar-aglomera%C3%A7%C3%B5es-durante-isolamento-social>. Acesso em: 12 maio 2020.



Núcleo RMNatal
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

CONTATOS



OMNUCLEONATAL@GMAIL.COM



@OMNUCLEONATAL



OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES -
NÚCLEO NATAL



[HTTPS://CCHLA.UFRN.BR/RMNATAL/](https://cchla.ufrn.br/rmnatal/)



R. DAS HUMANIDADES - LAGOA NOVA.
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DA UFRN (DPP),
SALA B19.



Núcleo RMNatal
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia